



O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA PROPOSTA CURRICULAR POLIVALENTE EM EJA (2001 a 2014): O CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DR. GERALDO MOUTINHO – CEM CONTA SUA HISTÓRIA

Kátia Cristina Candido Aquino Marciano¹
Mariana Cassab Torres²

RESUMO

A pesquisa apresentada, que segue seu decurso no Mestrado em Educação (PPGE/UFJF), visa a uma primeira aproximação do movimento histórico protagonizado pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos Dr. Geraldo Moutinho (CEM), no que tange à proposta curricular polivalente da instituição. Fundado em 1990, na perspectiva de acolhimento a menores em vulnerabilidade social, hoje é a única escola da rede municipal de Juiz de Fora que oferece, predominantemente e de forma presencial nos três turnos, a EJA. A sua (re)afirmação, neste âmbito, efetivou-se por meio de sua singular arregimentação na (re)constituição dos currículos praticados e na condução, aparentemente, autônoma de suas ações. Após os iniciais percursos investigativos, delimitou-se o enfoque temporal entre 2001 e 2014, com a pretensão de desvelar sua trajetória neste período, considerando o tempo exíguo do curso, e se propondo a desvelar as premissas de seus vieses educativo e social na tessitura de proposta(s) curricular(es) singulares para a EJA. Nesse percurso, já foram realizadas seis entrevistas que descortinam importantes processos e escolhas, no contexto histórico da instituição, capazes de lhe conferir singularidade no âmbito da rede municipal de ensino de Juiz de Fora.

Palavras-chave: CEM, EJA, Contexto Histórico, Proposta Curricular Polivalente

INTRODUÇÃO

A educação, enquanto direito humanitário, requisita de nós um olhar compromissado, pois ao ser compreendida sob essa perspectiva, potencializa as possibilidades de cada ser humano ser mais (FREIRE, 1990). Compreender os processos sócio-históricos de constituição das políticas educacionais e suas reinterpretações nas diversas instâncias federativas e instituições educativas é parte desse movimento de (re)afirmação da oferta universal da educação e da promoção da educação de qualidade social que conspire a favor do acolhimento e integralização da formação escolar básica de todo cidadão brasileiro. O reconhecimento da

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, katiaaquinoeja@gmail.com

² Professora orientadora: Doutora em Educação – UFF, atua no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE/UFJF, mariacassab@yahoo.com.br

educação, enquanto direito, se revela como premissa nessa empreitada, por permitir visualizar cenários diversos de embates, negações e também de conquistas.

Ao se olhar criticamente para esse cenário educacional, na atualidade, é perceptível a avalanche de processos atravancados e de retrocessos, ressaltando a EJA como uma das modalidades mais marcadas por essa triste realidade. A demanda pela modalidade e as dificuldades a ela inerentes continuam existindo, ainda mais acentuadas devido à pandemia de COVID- 19³. Embora persista ainda essa lacuna de acesso ao setor educacional em um contingente considerável da população, os dados do censo (2017) destacam queda no número de matrículas na educação de jovens e adultos, com uma redução de 8,3% de matriculados, em relação ao ano anterior, chegando aos três milhões de alunos, em 2020 (INEP, 2021). Tais dados denotam o necessário investimento em pesquisas sérias e densas que qualifiquem a formulação de políticas educacionais e curriculares em EJA, desnudando histórias e propostas curriculares já praticadas nas instituições escolares que persistem na aposta das especificidades e valor desse segmento.

Refletir de modo mais profundo, no que tange às oscilações que impactaram o decorrer histórico da educação pública no Brasil revela-se uma ação indispensável para um melhor entendimento desses revezes e para se investir em novas proposições que, de fato, ecoem na escola, transformando-a. Verifica-se, no processo de redemocratização educacional brasileiro, um repertório de acesso, gradativamente ampliado, dos sujeitos das classes populares. Contudo, há de se reconhecer que, paralela a esse (re)configuração, ocorreu a instauração de tensões no *locus* de debate referente às finalidades sociais, políticas e educacionais dessa relevante instituição, denominada 'escola'. Importante referenciar, nessa seara, as lutas sociais cujas reverberações provocaram significativas transformações no referido campo, trazendo como consequência a formulação de instrumentos legais e de políticas públicas educacionais que apresentavam novas (re)significações.

As reflexões que derivam das supracitadas constatações nos impelem a pensar, de forma aprofundada, sobre o currículo, importante elemento impulsionador dos saberes e fazeres escolares e caracterizador das interações no interior das instituições. Assim, não há como refletir a respeito, desconsiderando seu decisivo papel, bem como as tensões e conflitos imbricados nesse universo, mais claramente perceptíveis no campo da educação de jovens e adultos.

³ A **pandemia** de **COVID-19** - **pandemia** é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma **epidemia**, **surto** que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com **transmissão sustentada** de pessoa para pessoa. A COVID-19, causada pelo vírus SARS- COV 2 vem se somar a uma lista extensa e que percorre um vasto período de tempo

A produção curricular, portanto, é um território de disputa, em torno das funções diversas que se assume para a escola, como também em face do que se estabelece como conhecimento válido a ser selecionado, organizado e mediado para socialização neste espaço, a fim de que o sujeito possa, efetivamente, protagonizar o processo de aprendizagem. Necessário se faz estar alerta em relação à diferença entre o currículo prescritivo e o currículo como narração para a formação do indivíduo. De acordo com Goodson (2008, p. 156), o currículo como prescrição, baseado no conteúdo, é uma inércia contextual que “não irá durar em uma ordem mundial global que muda rapidamente”. Complementa, ainda, afirmando que

este modelo de currículo e [...] grupos de interesse poderosos estão assim aliados em uma parceria histórica e potente que estrutura o currículo de maneira básica e, efetivamente, subverte quaisquer novidades ou reformas que surjam. As prescrições fornecem claras “regras do jogo” para o ensino, e financiamento e recursos estão atados a essas regras. (GOODSON, 2008, p. 150).

As propostas curriculares contempladoras das peculiaridades dos sujeitos atendidos se destacam como um princípio valoroso no campo educativo e devem ser vistas como fundamentais para o desenvolvimento de práticas subsidiárias de concepções edificadoras dos aprendizes que recorrem à EJA. Impulsionados por tais prerrogativas, torna-se evidente o desejo de que a escola seja capaz de trabalhar um currículo significativo, preparada para que o ensino e a aprendizagem de fato se efetivem, cuja proposta político-pedagógica se embase em uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica, e que o educador, na concepção de Paulo Freire, seja aquele que “ensina os conteúdos de sua disciplina com rigor e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde a sua opção política na neutralidade impossível de seu que-fazer” (2000, p. 44).

Vislumbra-se, pois, uma escola necessária, delinendo-a como aquela que investe na formação de seus docentes e que, justamente por isso, compreende o educador e a educadora progressista, na perspectiva freireana, evidenciado-o (a/s) como aquele(a/s) que:

Não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que os meninos e as meninas do povo têm de saber a mesma matemática, a mesma física, a mesma biologia que os meninos e as meninas das “zonas felizes” da cidade aprendem mas, de outro, jamais aceita que o ensino de não importa qual conteúdo possa dar-se alheado da análise crítica de como funciona a sociedade. (Paulo Freire, 2000, p. 44).

Todos os elementos anteriormente apresentados conduzem ao entendimento do

arcabouço desta pesquisa: compreender o processo de constituição sócio-histórico de uma proposta curricular polivalente, praticada no seio de uma instituição educativa juiz-forana dedicada à oferta predominante da modalidade EJA e que investe, ao longo de seu devir histórico na instituição de desenhos curriculares particulares se comparados às outras unidades que oferecem a modalidade no município. A escola em questão é o Centro de Educação de Jovens e Adultos Dr. Geraldo Moutinho (CEM) e o recorte que a pesquisa opera enfoca o período entre 2001 e 2014. O CEM é um estabelecimento de ensino coordenado pela Secretaria de Educação do município de Juiz de Fora – SE/PJF, vinculado ao Departamento de Ensino Fundamental - DEF, mais precisamente à Supervisão de Educação de Jovens e Adultos – SEJA (recentemente diluído no seio do referido departamento). Criado em 1990, iniciou sua caminhada acolhendo a menores de 12 anos e foi, gradativamente, ampliando sua oferta, de forma a priorizar questões essenciais do âmbito social e do âmbito educacional, referenciando-se, posteriormente, como um (re)conhecido Centro de Educação de Jovens e Adultos. A escola possui uma proposta polivalente de oferta curricular que prevê o funcionamento das etapas de escolarização (Fundamental I e II) e das disciplinas escolares tradicionalmente estabelecidas, aliadas a outras de aspecto peculiar, incluindo o oferecimento de cursos diferenciados, abertos também à comunidade, de natureza socioartísticos, de línguas e profissionalizantes, além de promover, por meio dos Círculos de Alfabetização e Cultura - CAC's⁴, a possibilidade de reinserção na rotina escolar, a moradores de comunidades com altos índices de vulnerabilidade social, ampliando sua ação, de modo ambivalente, contemplando aspectos socioeducacionais.

Diversos questionamentos nos levam a refletir sobre a estrutura e as formas de articulação da instituição escolar pesquisada: de que forma as práticas curriculares adotadas pela instituição, com o passar dos anos, foram sendo (re)organizadas? Qual a justificativa para a manutenção desse centro de ensino específico da EJA, com a manutenção de uma peculiar (re)organização curricular e no contexto de um movimento histórico que aponta para a redução da oferta de matrículas na modalidade? Que aspectos foram determinantes para a instituição desenvolver suas próprias políticas curriculares e de atendimento, de forma mais independente em relação aos órgãos que a gerenciaram? Como a alternância da vinculação a órgãos de natureza distinta no contexto da prefeitura (educação e assistência social), produziu

⁴ Projeto implementado pelo CEM, em 2011, sob o assessoramento direto da Secretaria de Educação, inicialmente, cujo cerne são os pressupostos freireanos e trabalham na perspectiva da reinserção cidadã de sujeitos analfabetos ou semianalfabetos, a partir dos 35 anos, que queiram (re)ingressar na trajetória educacional, mas se sentem receosos, daí os postos – ligados ao CEM – funcionarem em espaços não escolares, como igrejas, centros de referência social, entre outros. Articulam estratégias de cunho educacional e social. (LEMOS, 2020)

mudanças e estabilidades no tipo de currículo praticado pela escola? Quais disputas em termos de finalidades educativas que a escola assume, de projeto de EJA estiveram em jogo no tempo histórico definido para o estudo? Na relação entre textos normativos e contextos políticos próprios das esferas municipal, estadual e nacional e a agência dos sujeitos que fazem do CEM uma escola com particularidades, como se estabelecem os currículos da EJA?

Na saga por produzir interpretações em torno dos questionamentos supracitados, a pesquisa já segue uma fase adiantada de pesquisa de campo e de realização de entrevistas, capazes de melhor nortear as questões analisadas sobre os meandros da trajetória do CEM. Balizado pelo discernimento de que cada instituição específica imprime marcas que são imprescindíveis na compreensão dos processos de constituição curricular (GOODSON, 1995), tal estudo se baliza pelo entendimento de que a EJA não se realiza da mesma forma em redes, escolas, tempos e lugares diferentes, isto é, as normativas gerais são lidas de forma plural em cada instituição e em seus diversos tempos. Sob tal prisma, interessante se pautar no que assevera Magalhães (2001, p.15), ao afirmar que

as escolas tendem a desenvolver interpretações particulares (em consonância com as suas necessidades, objetivos e conveniências), justificando-as em razão das características socioculturais e das projeções dos agentes e dos sujeitos, ou com base no modelo ideológico e pedagógico. (MAGALHÃES, 2001)

Possibilitar uma aproximação da história do CEM, entre os anos de 2001 a 2014, de forma contextualizada, é a proposta que conduz esta análise. O entendimento relativo às movimentações que a escola faz, no decurso de sua história, referente aos seus pertencimentos na estrutura administrativa da prefeitura de Juiz de Fora, aos tipos de oferta apresentadas à comunidade, ao público que atende e às finalidades educacionais que estão em disputa, no referido período, consideradas as políticas educacionais mais amplas, é primordial. A análise é instituída, a partir do campo do currículo, apoiando-se em autores como Ivor Goodson (1995, 2001) e Miguel Arroyo (2011), Apple (1999), Gadotti (1997), Freire (1997), Sacristán (2000), Di Pierro (2005), dentre outros, e no enredar dessa trama teórica, emergem categorias como poder, ideologia e resistência (Apple, 1982, 1999, 2006). Destacam-se, aqui, como fontes de pesquisa, além de entrevistas realizadas com gestores, ex gestores – do CEM e da Secretaria de Educação -SE, documentos legais deste órgão gestor, assim como documentos diversos pesquisados nos arquivos da instituição (atas, memorandos, Projeto Político Pedagógico – PPP, ofícios, registros diversificados, portfólios, entre outros).

REFERENCIAL TEÓRICO

O recorte temporal proposto, com ênfase no referencial teórico, possibilitará um olhar mais atento e circunscrito àquele período enfocado, evidenciando o papel da escola no contexto da rede municipal de educação da cidade. No intuito de consubstanciar as considerações deste trabalho, nos apoiamos nos seguintes referenciais bibliográficos teóricos, destacados em termos de educação de jovens e adultos no Brasil: Apple (1982), Arroyo (2011), Freire (1997), Sacristán (2000), Di Pierro (2005), dentre outros, com especial ênfase a Apple (1982, 1999, 2006) Paralelo a isso, recorre-se também à análise de documentos pesquisados nos arquivos da instituição, conforme supracitado.

No bojo da necessária amplitude de contextualização, urge destacar o papel de alguns marcos legais fundadores da luta em prol da EJA, a citar: a Constituição Federal, de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, além do Parecer CNE 11/2000 e da Proposta Curricular da EJA – SE/PJF- 2012.

O Centro sob análise protagoniza importantes questões interativas e tais movimentos reportam-nos, em especial, a APPLE (1982,1999, 2006) E GOODSON (1995,2008), na medida em que traz à tona aspectos vitais e conflitantes do universo curricular, fazendo emergir questões de tensionamento, disputa, poder e ideologia.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada visa compreender determinantes processos de (re)construção da proposta curricular do Centro de Educação do Menor – CEM, na relação entre a agência dos atores que trabalharam na escola e nas instâncias político-administrativas às quais está/esteve vinculada e os marcadores legais e políticos do tempo determinado no estudo. Assim, a jornada investigativa considera o contexto sócio-histórico do qual emerge e se (re)configura o Centro de Educação de Jovens e Adultos Dr. Geraldo Moutinho, aprofundando a análise, com base em um recorte temporal de 2001 a 2014, devido ao tempo restrito do Mestrado para maiores aprofundamentos, dando ênfase ao trabalho vertido para a Educação de Jovens e Adultos.

Importante ressaltar que a pesquisa segue em curso, com expectativa de encerramento ao final deste ano e, portanto, algumas estratégias estão se redefinindo e outras vêm se solidificando. Prosseguir na saga por modos com maior possibilidade de eficácia de interação e aprofundamento torna-se essencial, devido ao contexto pandêmico que vem impactando todos os campos, globalmente e de modo acentuado no Brasil, há dois anos, interferindo na maior celeridade deste estudo.

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, no contexto do estudo de caso, intencionando apurar o olhar sobre uma instituição que transitou por esferas diferenciadas, durante sua trajetória, (re)configurando políticas de atendimento, ao primar pelo enfoque no educando e nas potencialidades deste, bem como no envolvimento da equipe. De acordo com Gonçalves (2011), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas.

O CEM é, reconhecidamente, o campo de pesquisa, sendo os instrumentos de análise os documentos legais da SE e os relativos ao estabelecimento de ensino: o regimento escolar, o projeto político pedagógico, atas, registros pessoais de pessoas diretamente envolvidas no processo e demais registros relevantes, tendo como sujeitos partícipes do estudo aqueles que transitaram, durante os anos de constituição histórica da escola, como gestores ou co-gestores da Secretaria de Educação e do local, coordenadores pedagógicos, profissionais pertencentes à equipe diretiva, docentes, participantes ativos do processo da (re)construção curricular.

Tais sujeitos estão sendo abordados, via entrevistas semiestruturadas, por ser um método favorecedor da interlocução, de modo a não pressionar o entrevistado, favorecendo diferenciadas inter-relações. Algumas dessas interlocuções têm se realizado de modo presencial, enquanto outras se efetivam via interação remota, por meio do *Google Meeting*, justamente por ainda estarmos vivenciando algumas restrições sanitárias, em decorrência da pandemia do coronavírus. Até o momento, foram realizadas seis entrevistas que vêm delineando melhor o panorama do estudo. As transcrições e análises estão sendo efetivadas, paulatina e cuidadosamente, correlacionando-as aos dados obtidos por meio dos documentos que vêm sendo coletados e estudados.

PERCURSOS REALIZADOS E TRILHAS PERSPECTIVADAS

Mesmo ainda em processo, preliminarmente, o trabalho em pauta já possibilitou, através da observação e da análise documental prévia, averiguar questões relevantes que

emergem do universo pesquisado, prenunciando constatações muito instigantes e impactantes para o campo educacional, sobretudo em relação à EJA. Dentre tais evidências, incluem-se a constatação da gestão autônoma do estabelecimento de ensino, consensuada pela Secretaria de Educação, diferentemente do que era orientado para as demais escolas da rede; a forma de a SE ver o CEM como um laboratório de experiências, com o objetivo de descortinar um universo de possibilidades para sujeitos que vivem em alta vulnerabilidade, propiciando um entrecruzamento de ações contempladoras de aspectos socioeducacionais; a sucessão na indicação de gestores, desde sua criação, com históricos profissionais ligados à educação e à área social, bem como outros aspectos valiosos para a pesquisa.

O delineamento de um quadro capaz de focar, de forma conglomerada, a estrutura político-social-histórica em que o CEM se inseria e na qual se desenvolveu, sobretudo no período sob análise, também representa um constructo significativo, em termos de perspectiva analítica, além de se destacar pelo ineditismo:

CRONOLOGIA DE QUESTÕES EDUCACIONAIS RELEVANTES NO MUNICÍPIO (ÊNFASE NA EJA E NO CEM)	GESTÃO MUNICIPAL - PJJ	SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO	GESTORES DO CEM
1987: Espaço físico do CEM instalado na antiga Fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas, a título experimental, vinculado ao Departamento de Ações Sociais.	Tarcísio Delgado 1983 a 1988 PMDB	José Eustáquio Romão Plínio Mansur	Professor Plínio Mansur (Diretor Geral do Departamento Pedagógico – SE) – 1987 a 1989
(...)			
2001: Reforma Administrativa na PJJ → Departamento responsável pela EJA migra para a Gerência de Promoção da Cidadania (GPC) → O CEM migra, juntamente, para a GPC. 2003: Projeto Cidadão XXI - oportunizar conclusão de estudos a jovens, adultos e idosos por um projeto de aceleração → ação que ampliou a atuação do CEM. Diretrizes para a EJA municipal (2003)	Tarcísio Delgado 2001 a 2004 PMDB (Vice- Sebastião Helvécio-PSDB)	Paulo Roberto Curvelo Gisela Maria Ventura Pinto	Diretor: José de Cássia Neves
2005: DEJA retorna para a SE Construção da Proposta Curricular (5ª a 8ª séries e Ensino Médio) 2005/2006: Criação do DEJA, no contexto da SE, com foco nas questões educacionais. EJA: Grupos de Estudo reestruturam grade curricular unificada e atualizada (LDB 9394/96) 2005: CEM estabelece convênio	Carlos Alberto Bejani 2005 a 2007 PTB (Vice- José Eduardo Araújo- PL)	Regina Célia Mancini	2005: Assume a direção a professora Gisele Zaquini Lopes Faria, oriunda do quadro da AMAC (Associação Municipal de Apoio Comunitário,

<p>com a AMAC – enfatizando a vertente social</p> <p>2006: CEM institui “Projeto Renascer” e “Projeto Caminho do Ler e Escrever”</p> <p>2007: I Encontro de Educação de Jovens e Adultos, organizado pela equipe de Coordenação Pedagógica do DEJA - SE.</p>			<p>integrante do quadro da Secretaria de Assistência Social)</p>
	<p>José Eduardo Araújo 2008 – 2008</p> <p>PR</p>	<p>Regina Célia Mancini</p>	<p>Gisele Zaquini Lopes Faria</p>
<p>2009 a 2012: realização de encontros formativos por área, coordenados pela Secretaria de Educação – SE, para construção das Propostas Curriculares da rede municipal, inclusive da EJA (publicada em outubro/2012).</p> <p>2010: Promulgação da Lei 12.086 que regulamenta o Conselho Municipal de Educação.</p> <p>2010: O CEM volta a se vincular à SE → Ampliação do atendimento nos 3 turnos → revisão e ressignificação das ações pedagógicas da escola.</p> <p>Assessoria direta da SE ao CEM.</p> <p>2011: Implementação dos CAC's (Círculos de Alfabetização e Cultura) e estruturação dos grupos socioartísticos no CEM.</p> <p>2012: Implementação da Nova Proposta Curricular para a EJA municipal, calcada nos eixos temáticos e nas alternâncias e culminâncias de estudo (para complementação da CH do aluno e adequação do tempo de planejamento do professor)</p>	<p>Custódio Mattos 2009 a 2012</p> <p>PSDB (Vice- Eduardo José Lima de Freitas -PDT)</p>	<p>Eleuza Barbosa</p>	<p>2010: Gisele Zaquini se mantém na direção e o professor João Paulo Lopes de Souza é indicado para a vice-direção.</p>
<p>2013: Organização da I Comissão de análise do livro didático para a EJA – PNLD EJA (membros da SEJA/DEF/SE, coordenadores e professores da EJA) → com análises e debates mais aprofundados nos encontros formativos mensais – incluindo a participação de representantes do CEM.</p> <p>2014: Criação da Subsecretaria de Articulação das Políticas Educacionais – SSAPE, na SE.</p> <p>2014: Organização do Regimento interno da SE, reconfigurando os setores, com novo organograma → Criação do Departamento de Ensino Fundamental (Antigo DEAP), submetido à SSAPE, abarcando as</p>	<p>Bruno de Freitas Siqueira 2013 a 2016</p> <p>PMDB (Vice – Sérgio Rodrigues – PMDB)</p>	<p>Weverton Villas Boas 2013 a setembro/2015</p> <p>Denise Vieira Franco Set./2015 a Dez/2020</p>	<p>2013: Gisele Zaquini se mantém na direção e ocorre uma alternância de vice-diretores: o professor Marcelo Varandas assume por uma semana e, a seguir, o professor Edson Rodolfo Valentim assume até 2014.</p> <p>Neste mesmo ano (2014), Gisele Lopes é convidada a assumir o Departamento de Ensino Fundamental na SE e o CEM fica sob a gerência de dois vice-diretores: João Paulo Lopes de Souza e Ana Maria de Araújo dos Santos.</p>

<p>supervisões: Anos Iniciais – SAI, Anos Finais – SAFI e EJA – SEJA que passam a atender, de forma regionalizada, cada qual a determinado grupo de escolas, em sua totalidade, mantendo-se, uma a uma, como referência para as orientações e gerenciamento das políticas públicas dos segmentos aos quais representam.</p> <p>– Instituição do Fórum Municipal de Educação 2014 – 2024.</p> <p>2014: Maior enfoque nos cursos de formação para a EJA, ampliando sua ação para profissionais atuantes na modalidade.</p> <p>2014: Mudança na proposição de oferta dos cursos de formação de EJA → encontros mensais, por região, deslocados do Centro de Formação para as escolas.</p>			<p>2015: professor Francisco de Almeida Bessa Júnior – diretor e João Paulo Lopes, juntamente com Fernanda Aparecida de Araújo Ribas – vice-diretores.</p> <p>Posteriormente (2017), Fernanda se tornará diretora da instituição, por meio da instauração do primeiro processo eletivo para a direção da instituição.</p>
--	--	--	---

A organização do quadro sinóptico acima, no decorrer da pesquisa, vem propiciando uma melhor visão dos processos ocorridos no CEM e mesmo na rede municipal de Juiz de Fora que resultaram em impactos – administrativos e pedagógicos - na referida escola, com destaque para a EJA. Contextualizá-los historicamente, correlacionando os eventos internos e externos à instituição, remetendo-se também aos gestores, no interstício proposto neste estudo, acentuam um olhar crítico e mais apurado em relação aos engendramentos temporais que foram consubstanciando as (re)configurações de sua proposta curricular. Compreender quem são os atores, quais as ações e que tipos de repercussão causaram, em cada época, favorecem um entendimento mais claro das questões determinantes nessas reorganizações e que, de certo modo, contribuíram para a polivalência da instituição e a evidenciaram como referência em EJA.

Um movimento dialógico se percebe, orquestrado pela instituição, envolvendo relações intersetoriais no seio de suas interações, reveladoras de tal premissa. Tal aspecto impele a ampliar o enfoque sobre o CEM, levando a debate, junto a gestores, alunos e profissionais da educação, a estrutura tão peculiar dessa escola e dos eixos organizadores do seu mais recente Projeto Político Pedagógico (PPP), reeditado em 2017, para entender a sua configuração e suas deliberações, avaliando, criticamente, a relação do referido documento com os currículos das disciplinas, propostos pela rede municipal de ensino, bem como com a Proposta Curricular da EJA do município de Juiz de Fora⁵, lançada em 2012.

⁵ Proposta Curricular da EJA/ PJJF - Documento norteador das práticas e fundamentos da EJA na rede municipal de educação de JF, fruto de debates e trabalho dos profissionais atuantes na modalidade, com apoio de

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da forma como as relações estruturais determinam aspectos da escola, é importante para o entendimento do conceito de hegemonia (APPLE, 2006), porque um considerável percentual das pessoas na sociedade elabora um sentido de realidade sobre ela, já que opera, sobretudo, manipulando os pensamentos do indivíduo por meio do senso comum.

Mediante tais características ideológicas, entende-se que o papel da instituição escolar é atuar hegemonicamente no processo de saturação que mina a experiência, através da tradição seletiva. Nesse sentido, há uma seleção de práticas, significados e conhecimentos que são perpetuados e mantidos como tradicionais em uma sociedade. Essas tradições, também presentes na escola, serão auxiliares na reprodução de desigualdades, além de legitimar o funcionamento reprodutivo das instituições bem como as ações tácitas das pessoas, dentro destas (APPLE, 1989). Sob tal prisma, as unidades escolares agem, tanto em atividades estruturais econômicas quanto culturais, desempenhando o papel de transmissoras dessa tradição de uma cultura dominante. Assim, não se restringem a ser instrumentos de produção e reprodução de democracia e igualdade, ocorrendo também um processo de resistência (APPLE, 1989) como resultado das relações culturais externas à escola.

A tríade escola, conhecimento e educador, diante do exposto, não devem ser estudados de forma isolada, mas ‘em relação’, considerando a interdependência entre as atuações, e ‘situados’ porque esses fatores ocorrem num contexto, numa realidade com hegemonias globais, mas também locais de uma região. Analisar tal tríade presume, em especial, fazer a leitura delas partindo de interpretações próprias. O ambiente escolar, portanto, não é neutro, estando a serviço de hegemonias e ideologias de grupos - em grande parte dominantes - assim, não pode a escola se distanciar do ato político; contrariamente, é nela que as relações de poder se estabelecem e indivíduos que integram este ambiente são indivíduos políticos (APPLE, 2006). A orientação de Apple (2006), sob a referida percepção, é expandir tal estudo para além dos muros da instituição de ensino e de seu currículo, centrados na teoria da justiça social, contribuindo “para o benefício daqueles que estão em situação de desvantagem”.

É nesse sentido que o olhar crítico sobre o CEM, contextualizando-o devidamente, propicia compreender o delineamento dessa unidade escolar enquanto um arcabouço de múltiplas interlocuções, advindas de uma proposta curricular em constante (re)organização.



No seu contínuo quefazer, permite aos sujeitos se tornarem aptos ao exercício de seu perfil cidadão, ousando subverter preceitos, impactando na subversão de sua própria realidade e na daqueles do seu meio. Nesse movimento, são operacionalizadas possibilidades diversas, afinal, só subverte quem conhece!!

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, M. W. *Education and power*. London, Routledge & Kegan Paul.1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 146p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOODSON, Ivor. *The Making of curriculum*. Londres: The Falmer, 1995.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 12.ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

LEMOS, Riza Amaral. **Os Círculos de Alfabetização e Cultura (CAC's) de Juiz de Fora/MG (2011-2019): contexto histórico e institucional, as políticas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) e a ressignificação pedagógica fundamentada no pensamento de Paulo Freire**. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: [Descrição: Os Círculos de Alfabetização e Cultura \(CAC's\) de Juiz de Fora/MG \(2011 - 2019\) : contexto histórico e institucional, as políticas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos \(EJAI\) e a ressignificação político-pedagógica fundamentada no pensamento de Paulo Freire \(ibict.br\)](#) Acesso em: 10 Jun. 2022.

MAGALHÃES, Hilda G. Dutra. **A prática docente na era da globalização**. Pedagogia em foco (2001). Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/prof04.htm> Acesso em maio/2022.